

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO CAFÉ FILHO DE 1930 A 1935



Airton Fernandes

Natal - 2000

Airton Fernandes



A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO CAFÉ FILHO DE 1930 A 1935

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do professor Almir de Carvalho Bueno, como requisito para avaliação final da referida disciplina.

Natal - 2000

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO	04
1. A conjuntura política nacional de 1930 na Era Vargas	07
2. A conjuntura política do Rio Grande do Norte nas décadas de 1930-35	19
2.1. A Intentona Comunista no Rio Grande do Norte	21
3. A trajetória política de João Café Filho de 1930 a 1935	26
- CONCLUSÃO	29
- BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

As transformações por que passava a sociedade brasileira na década de 1920, configuravam uma forte crise econômica, social e política. Desse modo, “*o aumento da industrialização vinha acompanhado de uma oscilação na cafeicultura e trouxe uma gradativa predominância industrial na economia*”.¹

No plano político e social, o antigo modelo oligárquico não atendia mais às necessidades das camadas médias. Não era mais possível tratar a “*questão social como caso de polícia*” (expressão do presidente da República Washington Luís), isto é, resolver pela repressão uma série de aspirações sociais.

O resultado desse quadro de crise e mudanças foi a Revolução de 1930. A aliança formada pelos tenentes militares e os “tenentes civis” (jovens das camadas urbanas ou das elites agrárias que ajudaram na Revolução) com as classes médias urbanas e outros setores interessados na industrialização, foi a base social responsável pela deposição de Washington Luís².

Em novembro de 1930, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio evidenciava não só a intenção de promover a revalorização do café, mas também o interesse em manipular as classes proletárias. Com a revalorização do café, Vargas seguia o mesmo modelo da Velha República, apoiado na monocultura e no latifúndio. Essa linha de conciliação das reformas com a manutenção do esquema dominante, pautou-se como uma característica da política brasileira.

1. Cf. MATOS, Clarence J. de e NUNES, César A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, s.d., p. 157.

2. Idem.

A partir de novembro e dezembro de 1930, a Revolução teve um componente popular, com a adesão das camadas pobres às manifestações dos revolucionários, através da organização de sindicatos, atingindo o Estado, como explica Marlene Mariz: “*A Revolução trouxe efeitos para o Rio Grande do Norte no tocante a mudanças no comportamento do operariado, com sindicatos organizados e amparados por leis trabalhistas, que vão marcar o início do populismo*”³, graças em grande parte à atuação do líder político de oposição, João Café Filho.

As lutas e conflitos interoligárquicos, embora com motivações locais, sempre acompanharam os movimentos da conjuntura política nacional e se articulam com as mudanças que ocorria na estrutura econômica e social do estado potiguar.

O Estado oligárquico que se afirma continuamente através da violência policial, da arbitrariedade fiscal, do voto a descoberto e das atas eleitorais feitas a bico-de-pena, dos quais a repressão ao movimento operário e ao cafeísmo são exemplo, caracteriza o momento de insegurança das bases políticas do país, principalmente no que se refere à instabilidade dos partidos de oposição.

Na trajetória política do norte-rio-grandense João Café Filho, grande destaque é dado ao papel que desempenhou como líder de oposição às oligarquias locais, pois de 1930 a 1935 o Rio Grande do Norte passou por diversas interventorias, as quais muitas vezes entravam em conflitos com os políticos locais, principalmente aqueles que pertenciam à corrente política com idéias “trabalhistas”. Na época, essas interventorias eram encabeçadas

3) MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 1984.

por civis ou militares, começando, a partir daí, a fase institucional da Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte.⁴

Nessa época, a política norte-rio-grandense estava dividida entre duas facções opostas: os cafeístas, partidários dos latifundiários cafeicultores, e os pecuaristas, ligados à cultura do algodão-pecuária. Café Filho, por fazer oposição a essas oligarquias, ao defender bandeiras trabalhistas, foi severamente perseguido, tendo que se refugiar na Paraíba. Integrou-se ao movimento promovido pela “Aliança Liberal”, que defendia a candidatura de Getúlio Vargas para presidente da República e João Pessoa para vice.

Na historiografia potiguar, pouco se tem enfatizado a atuação de Café Filho como líder oposicionista na luta pelos direitos dos trabalhadores.⁵ Nesta monografia, nos propomos a fazer um estudo sobre sua trajetória política, no período de 1930 a 1935, como forma de contribuir para a compreensão da importância de sua atuação como líder político de oposição às antigas estruturas oligárquicas do Rio Grande do Norte, assim como suas divergências políticas dentro ou fora do próprio partido.

4) Os interventores eram nomeados pelo presidente da República e o Rio Grande do Norte nessa época contou com cinco: Irineu Joffily (apoiado por Café Filho), Aluisio de Andrade Moura, Herculino Cascardo, Bertino Duta da Silva e Mário Leopoldo Câmara. IN: TRIBUNA DO NORTE. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, s.d. p. 05. (Fascículo 10).

5) *Idem*, p. 05.

1. A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL DE 1930 NA ERA VARGAS.

A Revolução de 1930 teve um sentido histórico importante na história do Rio Grande do Norte, caracterizando-se por um movimento que partiu de reações entre classes sociais, obrigando que a classe hegemônica dominante no final da Primeira República, representada pelos latifundiários ^{no RN?} cafeicultores, a dividir o poder com a nova classe burguesa que se encontrava em ascensão.¹

Marcado por um período de grandes turbulências políticas e sociais, esse momento da nossa história foi palco de mecanismos de dominação dos cafeicultores e pecuaristas, estando o nosso país até 1930 sob o controle dos estados de São Paulo e Minas Gerais que detinham a força econômica, ao mesmo tempo em que empreenderam a política do *café com leite*² para manterem-se no poder.

A questão sucessória do presidente Washington Luís, no final de 1929 e início de 1930, provocou a divisão da oligarquia dominante e foi o elemento decisivo para a Revolução, que derrubou a República Velha. A partir desse movimento, a chamada Revolução de 1930, o governo passou a ser exercido por outro bloco de poder, do qual participaram as mais diversas facções da classe dominante: burguesia industrial, comercial, financeira, aristocracia agrária etc.³

1) CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 229.

2) De acordo com essa política, os dirigentes do país deviam pertencer a São Paulo (produtor do café) e a Minas Gerais (produtor de leite e seus derivados), os quais formavam uma aliança na chapa que concorreria às eleições no final da República Velha.

3) Cf. CALDEIRA, Jorge et al. *Op. Cit.* p. 240.

No final do mandato de Washington Luís, o esquema sucessório entrou em crise, pois as divergências locais eram grandes demais para serem superadas, tendo Minas Gerais e Rio Grande do Sul lançado um candidato próprio, Getúlio Vargas, para enfrentar o candidato oficial, Júlio Prestes. Vargas foi derrotado na eleição de março de 1930, mas as arestas estavam abertas, tendo o seu grupo de apoio tramado um golpe de Estado, que explodiu após um acontecimento de repercussão nacional, a morte de seu companheiro de chapa eleitoral, o paraibano João Pessoa, assassinado em uma das ruas do Recife; seu cadáver foi exibido em meio a manifestações populares no Rio de Janeiro. Esse episódio serviu de ânimo para que os derrotados levassem à frente o movimento revolucionário que culminou com a Revolução de 1930.

Apesar das vacilações de Getúlio Vargas, os preparativos do golpe foram levados adiante e com rapidez, pois se aproximava o momento da posse de Júlio Prestes. Por fim, a data foi marcada: 3 de outubro de 1930. Após pouco mais de duas semanas de luta, os revolucionários entravam na cidade do Rio de Janeiro e chegava ao fim a República Velha.

Um mês depois de desencadeado o movimento revolucionário, Getúlio Vargas tomou posse como presidente da República. O programa de governo que então se apresentava tinha duas facetas principais: extirpar os males dos governos passados e implantar um programa de desenvolvimento no país.⁴

4) Para superar as crises econômica e política, Vargas adotou as seguintes medidas: no campo, sobretudo em São Paulo, a cultura do algodão substituiu em parte a do café. Quanto à organização política, anulou o federalismo, fechando o Congresso, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, substituindo os governadores estaduais por interventores. Cf. CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 264.

As medidas de centralização política foram seguidas por outras destinadas a colocar também a economia sob o controle do governo central. Em agosto de 1931 os Estados foram proibidos de contratar empréstimos externos sem autorização federal. Ao mesmo tempo, organizaram-se instituições para intervir no setor agrícola de todo o país, e enfraquecer a base de poder federalista, a força autônoma dos fazendeiros locais. “*A implementação de uma política trabalhista foi acelerada, seguindo o mesmo padrão geral de aumento do poder em mãos do novo governo revolucionário*”⁵.

Com uma política dirigida aos trabalhadores urbanos, Getúlio Vargas tinha como objetivo, de um lado, atrair o apoio dessa classe, antecipando-se às suas reivindicações e, de outro, incorporar à órbita estatal o esforço de organização operária, afastando a probabilidade de surgirem sindicatos independentes. A partir de 26 de novembro de 1930, data da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Vargas promulgou uma série de leis trabalhistas. Parte delas visava ampliar direitos e garantias do trabalhador: lei de férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, jornada de trabalho de oito horas, previdência social e outros.

Em 1931, o sistema de controle do poder nos Estados foi colocado em prática. Os líderes do movimento “tenentista” eram nomeados para interventores do Estados e o “tenentes civis”⁶ iam ocupar postos-chave nos ministérios e na administração federal. No entanto, a manutenção da estrutura agrária inviabilizava as mudanças políticas, e os interventores enfrentaram as oligarquias estaduais sem condições de alterar as regras do poder local.

A essa dificuldade somava-se a de montar suas administrações, pois o ditador assumia uma posição de árbitro moderador diante do confronto entre as velhas elites e os

5) Cf. CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.266.

6) Movimento político-militar que objetivava realizar mudanças na sociedade brasileira, diminuindo o poder das oligarquias e acabando com a corrupção eleitoral. Planejava o voto secreto e contou com a simpatia dos setores médios e da classe operária. O grupo dos “tenentes” era formado por militares, e o dos “tenentes civis”, por civis, os quais pertenciam ao movimento tenentista. Cf. ORDOÑEZ, Marlene & QUEVEDO, Júlio. *História*. São Paulo: IBEP, s.d. p.399.

interventores. Utilizava o confronto para consolidar sua autoridade e poder, manipulando os tenentes para combater os inimigos civis e, ao mesmo tempo, servindo de juiz nos instantes mais graves do confronto.

A maior oposição a esse fortalecimento do poder central veio de São Paulo, iniciada pela nomeação de um interventor pernambucano – João Alberto Lins de Barros – o que irritou a oligarquia paulista, que desejava políticos do próprio estado para ocupar esse cargo. A indicação de um militar nordestino para dirigir os destinos do Estado de São Paulo em nada agradou. De acordo com Marlene Ordoñez e Júlio Quevedo,

*“os Partidos Democrático e o Republicano Paulista se uniram, formando a Frente Única, que exigia a autonomia política para São Paulo e a reconstitucionalização do país, com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, já que a Revolução havia declarado extinta a Constituição de 1891. A Frente recebeu adesão de militares e industriais”.*⁷

Devido às pressões sofridas, Vargas nomeou um novo interventor para São Paulo, agora civil e paulista, Pedro de Toledo, e marcou o dia para as eleições dos membros da Assembléia Constituinte.

Apesar dessas concessões, a oligarquia paulista continuou reagindo, pois queria controlar o poder e fazer uma política efetivamente favorável ao café. O preço do produto continuava em queda, o que levou o governo a adquirir e queimar os estoques excedentes. Os conflitos ganharam as ruas da capital do Estado e de algumas cidades do interior. Em uma das manifestações contra o governo de Getúlio, foram mortos na cidade de São Paulo os

7) Cf. ORDEÑEZ & QUEVEDO, 1997. Op. Cit. p. 405.



estudantes Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo, o que deu origem à sigla MMDC, que foi usada para dar nome ao movimento paulista contra Getúlio.

As elites agrárias e a burguesia de São Paulo temiam o crescimento dos descontentamentos, se não fossem resolvidos os graves problemas econômicos e financeiros que assolavam o Estado. Aproveitando-se do clima de insatisfação geral de toda a população paulista, as lideranças políticas e militares perceberam a gravidade dos protestos e canalizaram os problemas da crise econômica para o comando autoritário de Vargas e sua recusa em realizar eleições para a Constituinte.

A 9 de julho de 1932 eclodiu a Revolução Constitucionalista.

“Afinal, às 23 h de 9 de julho, a revolução era um fato (...); Correios e Telégrafos, a Telefônica, as rádios Educadora e Record são ocupadas. ... abrem-se inscrições para o voluntariado, as adesões aumentam. ... É indiscutível o entusiasmo da burguesia e da pequena-burguesia, aliadas numa Frente Única que elimina todas as divergências, eufóricas com a certeza de uma derrubada do Governo Provisório. Os problemas, porém, logo se acumulam, esfriando o otimismo: o armamento e a munição em Quitaúna eram escassos, (...); as tropas e armas que Klinger prometera não vieram; o operariado olha friamente os acontecimentos; (...) as tropas paulistas aguardam nas fronteiras o anunciado apoio do Rio Grande do Sul e Minas. (...) A luta foi violenta e durou três meses...”⁸

(CARONE, 1965: 119-21).

Com a falta de armas e munições, além da falta de apoio prometido por outras regiões, os paulistas não tiveram condições de sair vitoriosos e, com a vitória das forças do governo federal, ocorreu o fortalecimento de Vargas.

Embora o governo autoritário de Vargas tenha procurado protelar a convocação de eleições, o Congresso Nacional e o presidente do governo provisório (que era Vargas) já haviam promulgado o Código Eleitoral, desde 24 de fevereiro de 1932, que estabelecia o

8) Cf. CARONE, Edgard. *República Nova: 1930-1937*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1976. pp. 119-21.

voto secreto, novo limite de idade para ser eleitor – de 21 anos para 18 anos, o direito de voto às mulheres e a criação da Justiça Eleitoral, que organizava as votações.

No dia 3 de maio de 1933 realizaram-se as eleições para a Assembléia Constituinte, da qual não só os deputados eleitorais faziam parte, mas, por pressões dos tenentes, e inspirada no corporativismo fascista, a Assembléia teria ainda “representação Classista”, ou seja, as associações profissionais e sindicais de patrões e empregados elegeriam delegados.

Por trás dessa representação classista existiam dois objetivos: diminuir o peso político das oligarquias e escolher os delegados das associações e sindicatos, aumentando a força de poder de Getúlio Vargas e diminuindo a força dos adversários, principalmente São Paulo e Minas. Dessa maneira, *“Vargas conseguiu mais aliados para fazer suas manobras políticas, ou seja, “aumentou sua representação política para alcançar seu objetivo: centralizar as decisões em suas mãos”* (CALDEIRA, 1997: 235).

Em 1932, Vargas estendeu sua atuação à recém-surgida esfera das comunicações de massa. A propriedade de estações de rádio passou a depender do governo, o que facilitou o seu controle sobre os vários setores da cultura popular.

Mesmo recorrendo a inovações para se manter no poder, Getúlio Vargas não podia dispensar os antigos meios à sua disposição. A Assembléia Constituinte, eleita em 1933 pelos métodos tradicionais, proporcionou uma ordenação legal ao país, segundo o velho figurino liberal. Com a Constituição de 1934, Vargas recebeu um mandato que duraria até 1938, quando haveria eleições. Mas o figurino não era adequado à época: no mundo todo o liberalismo estava em crise, sendo o fascismo e o comunismo as soluções opostas de um mundo em crise. No Brasil também ambas se manifestaram, com o surgimento do Partido Integralista e a tentativa de golpe comunista em 1935.⁹

9) IN: CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p.276.

A Constituição de 1934 adota o sufrágio universal (voto secreto) para deputados, senadores, governadores, presidente da República, vereadores e prefeitos; respeito às garantias individuais, com plena liberdade de crença, reunião, associação política e liberdade de imprensa; ampliava os poderes do governo federal, cabendo a este, por lei, a maior parcela da arrecadação dos impostos recolhidos pelos Estados, estando preparado o caminho para a centralização do poder político.⁸⁾ ?

Por pressões tenentistas, adeptos de um Estado nacional que governasse acima de quaisquer interesses regionais, foram aprovadas leis que garantiriam a nacionalização das águas e das riquezas do subsolo – a exploração de minérios por parte dos estrangeiros, permitida em legislação anterior, e que agora passava ser feita somente pelo Estado.

A participação das classes populares na Constituinte de 1934 foi muito pequena. Comprometidos com as causas proletárias estavam os socialistas Domingos Velasco e Maurício de Lacerda, e o comunista Zoroastro Gouveia. Para entender o pequeno grupo dos representantes populares é necessário recuperar a trajetória das tendências socialistas no Brasil.¹⁰⁾ *etc*

A partir de 1928, o Partido Comunista do Brasil (PCB) levou aos estados a experiência do Bloco Operário e Camponês (BOC), tendo o mesmo conseguido formar uma representação em São Paulo e eleger dois candidatos no Rio de Janeiro, embora não tenha conseguido que fossem reconhecidos na Comissão Verificadora de Poderes. A plataforma política do BOC defendia as classes proletárias e, segundo “A Nação”,¹¹ *a tarefa dos*

10) IN: MATOS, Clarence José de. & NUNES, César A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, s.d. p. 159.

11) O Jornal “A Nação” divulga o programa do Partido Comunista no Brasil..

*candidatos identificados com as mais urgentes necessidades e as aspirações mínimas das classes oprimidas deste país consistia em chamar a massa operária ao exercício efetivo de seus direitos políticos de classe, assim como a necessidade de assumir o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da massa operária".*¹²

Embora o BOC tenha apoiado até certo ponto a Revolução de 1930, a partir de 1933 começou a desaparecer como frente política à esquerda, cedendo lugar a uma nova agremiação esquerdista – Aliança Nacional Libertadora (ANL), como uma frente de resistência que se instaurou a partir de 1935.

Com a ANL surge “*um amplo movimento popular nascido da necessidade em que se achavam os brasileiros de emancipar-se economicamente do jugo estrangeiro*”.¹² A ANL era composta de ex-tenentes, liberais, socialistas, comunistas, líderes sindicais e tinha como programa político a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a proteção do Estado aos pequenos e médios proprietários de terra – dando ao Estado a incumbência de promover uma reforma agrária, a organização de um governo popular e amplas garantias de liberdade de expressão, comunicação e organização das classes proletárias. O pequeno crescimento da ANL começou a preocupar o governo, que determinou o fechamento dos núcleos, em julho de 1935.¹³

Os membros do PCB nas Forças Armadas empreenderam uma conspiração militar, denominada oficialmente “Intentona Comunista”, tendo o primeiro levante se realizado em Natal-RN, em 23 de dezembro de 1935 e o segundo, logo no dia seguinte, em

12) IN: MATOS, Clarence José de. & NUNES, César A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, s.d. p.160.

13) Cf. CARONE, Edgar. *A República Nova: 1930-1937*. p. 123. e MATOS, Clarence José de. & NUNES, César A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, s.d. p. 160.

Recife.

Após um alarme feito através de um falso telegrama enviado pela polícia, com o aval do governo federal, aos membros da ANL em Natal, capital do Rio Grande do Norte, iniciou-se o movimento, tendo o governo Vargas acompanhado os acontecimentos, impedindo que as informações chegassem aos comandos do Rio de Janeiro e a outras regiões do país.

Em 25 de novembro, tropas governamentais controlavam o movimento em Natal e Recife, tendo as notícias do levante chegado ao Rio de Janeiro quatro dias depois, e o governo preparado armadilhas, sem evitar a eclosão da revolta entre os cariocas.

No Rio Grande do Norte, o advogado e jornalista João Café Filho não mediu esforços na participação nos movimentos de oposição, sendo por isso perseguido politicamente. Em 1928 fora eleito vereador, o que representou uma façanha, porque naquela época era difícil alguém da oposição vencer, como conta o próprio Café Filho: *“A oposição elegeu a maioria na Câmara Municipal. O Governo do Estado, em represália pela derrota sofrida, mandou queimar as atas eleitorais. O atentado foi executado pelo chefe político local, seguindo as instruções dos chefes das oligarquias. Destruídas as atas, o situacionismo procedeu a ‘eleição’ dos seus próprios vereadores, a bico de pena...”*¹⁴

A oligarquia não deixava Café Filho em paz. Sendo mais uma vez perseguido, fugiu novamente para Recife e viajou para o Rio de Janeiro, onde, integrando-se à campanha política em favor da Aliança Liberal, foi enviado para a Paraíba com o objetivo de divulgar o movimento. Tendo sido recebido por João Pessoa, voltou a atuar como jornalista, reeditando

14) IN: TRIBUNA DO NORTE. *A História do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Fundação José Augusto, s.d.
p. 07 (Fascículo 10).

o “Jornal da Noite”. Como militante da bandeira que abraçara, percorreu toda a Paraíba fazendo campanha pela Aliança Liberal e, no dia 2 de novembro de 1930, entra no Rio Grande do Norte em plena efervescência revolucionária.

Sem encontrar resistência, as forças paraibanas invadiram o Rio Grande do Norte. Nas negociações para compor o governo, se pretendia eleger o desembargador Silvino Bezerra Neto, irmão de José Augusto, líder das oligarquias e, portanto, adversário das idéias revolucionárias... João Café Filho, sabedor da situação em que se encontrava a política norte-rio-grandense naquele momento, impediu que tal designação fosse feita, e o governo provisório foi entregue a uma Junta Militar.¹⁵

No pouco espaço de tempo em que governou, a Junta Governativa Militar preocupou-se em consolidar a mudança de poder, remanejando o aparelho regional de Estado e garantindo a ordem pública, controlando possíveis excessos populares contra os políticos depostos. Fechou a Assembléia Legislativa e as Câmaras Municipais, nomeou novos dirigentes de serviços, extinguiu mandatos de prefeitos e intendentes, indicando outros titulares para os cargos e afastou oficiais do Regimento Policial, substituindo-os por outros de sua confiança.

Segundo Spinelli, *“os dirigentes da Aliança Liberal no Estado se dividiram quanto à questão do poder. De um lado, os cafeistas queriam empossar seu líder, Café Filho, na presidência provisória, enquanto os líderes da Aliança patrocinavam o nome do*

15) A junta militar era formada pelos seguintes oficiais comissionados no posto de coronel pelo Comando Revolucionário do Nordeste: major Luís Tavares Guerreiro (presidente), capitão Abelardo Torres de Castro e tenente Júlio Perouse Pontes. Cf. SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930-35*. Natal, RN: EDUFRN, 1996. p. 26.

desembargador Silvino Bezerra Neto, com apoio dos oficiais que comandaram a sublevação".¹⁶

Também expediu circulares às prefeituras do interior do Estado, recomendando garantias à vida e à propriedade dos adversários políticos. O "coronel" Dinarte Mariz supervisionou a implantação da nova ordem na região do Seridó, angariando o respeito e a gratidão das chefias ligadas à situação deposta.¹⁷

A Junta Militar, tentando compor as diversas correntes no seio da Aliança Liberal, fez algumas nomeações. Da corrente cafeísta foram nomeados: o próprio Café Filho para a chefia de Polícia, Pedro Dias Guimarães, para a Prefeitura de Natal, o jornalista Sandoval Wanderley para o cargo de redator do jornal "A República" e o coronel Francisco Solon Sobrinho, para a Prefeitura de Areia Branca, importante município salineiro.

Da corrente liberal foram nomeados: Dr. José Tavares para a diretoria da Saúde Pública, Dr. Luís Antônio para a diretoria de Instrução, o jornalista Joaquim de Fontes Galvão para a diretoria de Imprensa Oficial (que editava o jornal *A República*), cônego Amâncio Ramalho para a Prefeitura de Mossoró, Dr. Gentil Ferreira de Souza para a Prefeitura de Santa Cruz e o "coronel" Dinarte Mariz para a prefeitura de Caicó.

16) IN: SPINELLI, J.C. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35*. Natal, RN: EDUFRN, 1996. p. 26.

17) "...já vinha de Serra Negra onde havia evitado que incendiassem as terras de Lamartine... "... depois de 30 eu passei a liderar todos aqueles que vinham do regime passado". (MARIZ, Dinarte. *Entrevista ao Programa Memória Viva*: TV-Universitária, dez. de 1980. Natal: Ed. Universitária, 1986. pp. 20 e 33).

Em 12 de outubro de 1930 chegou a Natal Juarez Távora ¹⁸ acompanhado de José Américo de Almeida, Irineu Joffily (secretário de Segurança da Paraíba) e outros líderes da Aliança Liberal, com a finalidade de levantar nomes para a questão da indicação do presidente provisório do Estado, já que as interventorias ainda não haviam sido criadas.

Depois de várias indicações, finalmente foi ventilado o nome do Dr. Irineu Joffily para exercer interinamente o cargo de “presidente provisório” do Estado, o qual depois, em 22 de novembro de 1930, foi empossado como interventor federal, por nomeação de Vargas, atendendo à solicitação de Juarez Távora. Governou o Estado do Rio Grande do Norte de outubro de 1930 a janeiro de 1931. ¹⁹

18) No Nordeste, os “tenentes” Juarez Távora, Juraci Magalhães, Jurandi Mamede e outros, se encarregaram de levantar os batalhões, fazendo a deposição dos governadores estaduais que faziam oposição à nova ordem.

Cf. SPINELLI, J.C. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35*. Natal: EDUFRN, 1996. p. 26.

19) Irineu Joffily foi o primeiro interventor do Estado, recebendo apoio de Café Filho. Cf. TRIBUNA DO NORTE. *o Estado do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Fundação José Augusto, s.d. p. 05. (Fascículo 10).

2. A CONJUNTURA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO NORTE NAS DÉCADAS DE 1930-35.

A Revolução de 1930 caracterizou-se muito mais como um momento de mudança do que de ruptura. Segundo Boris Fausto, *“a Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista(...). ... Na descontinuidade de outubro de 1930, o Brasil começa a trilhar enfim o caminho da maioria política...”*²⁰

Do processo revolucionário participaram ativamente tenentes, oligarquias dissidentes, classes médias urbanas, tentando questionar a forma política que assumiu a dominação e não a dominação em si, seja no aspecto econômico-social ou político do Estado.

O “sistema oligárquico” vigente na República Velha (1889 – 1930), baseado na “política dos governantes”, sob a hegemonia do eixo São Paulo/Minas, tinha no voto a descoberto, nas atas falsas, feitas a bico-de-pena, no mecanismo de “degola” de representantes eleitos²¹ e na exclusão de mulheres e analfabetos do direito do voto, as fontes de sua permanência e estabilidade.

Esse sistema, ao ser organizado no início da República, respondera às necessidades de uma economia agro-exportadora com frágeis vinculações internas, sob a hegemonia da cafeicultura e aos anseios de autonomia regional das oligarquias estaduais.

20) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo10, p. 06.

21) Havia no Congresso Nacional uma Comissão de Verificação de Poderes, constituída por parlamentares das bancadas majoritárias, que tinha a finalidade de rejeitar ou aprovar os resultados eleitorais nos Estados, de acordo com os interesses das facções dominantes: a “degola” de representantes eleitos. Ver SPINELLI, José A. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35*. Natal: EDUFRN, 1996. p. 16.

Embora estimulado pela geração de renda e divisas na cafeicultura, acelerou a diferenciação da estrutura produtiva do país, consolidando uma economia e uma sociedade urbana extremamente dinâmica.

A diversificação estrutural, a eclosão de novas forças sociais, o ^oacúmulo de demandas de um sistema político com pouco grau de flexibilidade, fizeram perceber facilmente a necessidade de mudanças na forma de governar o país.

A insatisfação popular estendia-se aos governos dos estados, gerando um clima de inquietação, enquanto a conspiração se alastrava pelos quartéis.

Governava o Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine de Faria, que assumira o governo de 1928, indicado por José Augusto Bezerra de Medeiros, a quem sucedia, e que representava uma facção oligárquica cujas bases de sustentação se localizavam na “região do algodão-pecuária”, onde se concentravam as atividades de cotonicultura potiguar – a região do Seridó.²²

Foram os “coronéis” do Seridó que sustentaram a reação ao continuísmo da oligarquia Maranhão em 1913-1914 e, mais tarde, em 1923 e 1924, dando respaldo à ascensão de José Augusto e Juvenal Lamartine. Os conflitos que marcaram essas mudanças opunham a “política do Agreste” (chefias políticas mais ligadas aos interesses do açúcar) à “política do Seridó” (chefias políticas mais vinculadas aos interesses do algodão) que nunca chegaram a uma ruptura mais radical.

22) As atividades de cotonicultura potiguar concentravam-se na Região do Seridó. Ver: LINDOSO, J. Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal: CCHLA, 1992. p. 34.



2.1. A INTENTONA COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

A Intentona Comunista de 1935 não foi um acontecimento isolado que ocorreu apenas no Rio Grande do Norte. Ela surgiu dentro de um contexto internacional e ao mesmo tempo brasileiro, como um dos episódios que tinham como ponto de apoio, a ideologia da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

*“Naquela época de agudos conflitos sociais, a democracia clássica se immobilizava, enleada em impedimentos formais, enquanto os ditadores de esquerda e de direita, vencidos os impecilhos internos preparavam-se para o inevitável confronto mundial (...). O Brasil tornou-se, assim, o grande centro de competições entre os idealistas totalitários, na América Latina, no interregno liberal de 1934 a 1937”.*²³

A Aliança Nacional Libertadora (ANL),²⁴ criada após a Constituição de 1934, cujo presidente de honra era Luís Carlos Prestes, filiado ao PC (Partido Comunista) desde 1928, encarregou-se de organizar greves e manifestações públicas, onde defendiam o cancelamento da dívida imperialista, nacionalização de empresas estrangeiras e o fim do latifúndio, entre outras reivindicações. Também tinham como objetivos: impor o largo programa da ANL, a queda do governo Vargas, o fim do fascismo, a defesa da pequena propriedade, jornada de oito horas de trabalho, aposentadoria e defesa do salário mínimo.

Sob a inspiração da ANL, o movimento comunista eclodiu em Natal, em novembro de 1935, e segundo Tarcísio Medeiros: *“Foi nesse ambiente que o interregno liberal de 1934 a 1937 foi dominando o Brasil, no qual as correntes democráticas perdiam o controle das massas e das ruas envolvidas nas competições pessoais e nas tricas de campanário”.*²⁵

No movimento comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, se bem analisado, percebe-se que suas raízes possuíam, sem sombra de dúvida, causas locais e que podem ser apontadas como resquícios da campanha eleitoral de 1934, representando um momento de grandes conflitos sociais.

23) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo 10, p. 08.

24) A Aliança Nacional Libertadora era uma corrente político-ideológica que agregava os elementos de esquerda, com orientação marxista, liderada por Luís Carlos Prestes, chefe do Partido Comunista. Cf. ORDOÑEZ, M. & QUEVEDO, J. *História*. São Paulo: IBEP, s.d. p. 406.

25) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo 10, p. 09.

Mário Câmara, que governou o Rio Grande do Norte de agosto de 1933 a outubro de 1935, escolhido por Vargas, era um típico representante do modelo tecnocrata de 1930.

Seu substituto, Rafael Fernandes Gurjão, continuou perseguindo seus adversários políticos, a exemplo de seu antecessor, tendo contribuído para o aumento dos descontentes, o que aumenta o grupo dos revoltosos. Extinguiu a Guarda Civil, um órgão completamente desvinculado da política, somente porque tinha sido criada por Café Filho, seu opositor. Dentro desse contexto em que reinavam as divergências, várias pessoas que desconheciam a ideologia comunista foram arrastadas para o movimento, as quais, descontentes com o governo, viam nas ações armadas a solução para derrubá-lo.

A Intentona Comunista teve início na noite de 23 de novembro de 1935, momento em que no Teatro Carlos Gomes – hoje Alberto Maranhão – estava acontecendo uma solenidade de colação de grau do Colégio Marista. O governador Rafael Fernandes Gurjão e o secretário geral do Estado, Aldo Fernandes, abrigaram-se na residência de Xavier Miranda, nas proximidades do teatro e, depois, foram para o Consulado da Itália, sob os cuidados do cônsul Guilherme Letiere. O prefeito Gentil Ferreira, que também se encontrava presente à solenidade, ficou sob a proteção do Consulado do Chile, recebendo o apoio do cônsul Carlos Lamas.

A organização da resistência ficou sob a responsabilidade do major Luís Júlio, da Polícia Militar, e do coronel do 21º BC, Pinto Soares. Os combates estenderam-se por várias horas, até acabar a munição, momento em que as forças legais se renderam. As comunicações através do telefone foram cortadas, resistindo ao atentado apenas a estação telegráfica de Macaíba, que serviu de meio para que os legalistas pedissem socorro à capital federal.

Durante os combates, o quartel da polícia militar resistiu, lutando contra um inimigo “*muitas vezes superior em número*”, como relata João Medeiros Filho.²⁶ A resistência durou várias horas, terminando quando os policiais gastaram a última bala. Os legalistas fugiram pelo Rio Potengi.

Os rebeldes dominaram Natal e, no dia 25 de novembro de 1935 organizaram um Comitê Popular Revolucionário, composto por Lauro Cortês, ex-diretor da Casa de Detenção, ministro das finanças; João Batista Galvão, da Viação; José Praxedes de Andrade, do Abastecimento e Quintino de Barros, 3º sargento, músico do 21º BC, como ministro da Defesa.

26) TRIBUNA DO NORTE. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: FJA, s.d. Nº 10, p. 06.

O comitê se instalou na Vila Cincinato, até então residência oficial do governador.

No período de vigência do governo revolucionário, a população do Natal passou por muitas dificuldades, principalmente no tocante à aquisição de gêneros alimentícios, uma vez que os rebeldes fizeram grandes saques a armazéns e lojas que abasteciam a cidade. O comércio de diversas cidades do interior também não escapou dos saques, pois por onde os rebeldes passavam, implantavam o pânico.

No período em que os comunistas estiveram no poder, circulou o jornal intitulado "Liberdade", o qual publicou as seguintes palavras, transcritas por João Medeiros Filho: *"Enfim, pelo esforço invencível do povo, legitimamente representado por Soldados, Marinheiros, Operários e Camponeses, inaugura-se no Brasil a era da Liberdade, sonhada por tantos mártires, centralizados e corporificados na figura lendária de Luís Carlos Prestes, o 'Cavaleiro da Esperança' "*.²⁷

No interior, várias versões são conhecidas sobre os combates à Intentona Comunista. Segundo se sabe, Dinarte Mariz, foi um dos baluartes sertanejos no combate à entrada dos comunistas no sertão norte-rio-grandense.

Ao tomar conhecimento do que estava acontecendo na capital do Estado, Dinarte Mariz, após entrar em contato com o governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, o qual prontamente atendeu ao apelo do líder seridoense, ordenando que policiais paraibanos penetrassem no Rio Grande do Norte rumo a Natal.

O primeiro encontro entre comunistas e sertanejos se deu em Serra Caiada, tendo saído vitoriosos os legalistas.

Segundo alguns historiadores, o principal combate entre as duas frentes oposicionistas teria ocorrido na Serra do Doutor, entre as cidades de Santa Cruz e Currais Novos. João Medeiros Filho então descreve: *"... os sertanejos que numa ação fulminante rechaçaram o inimigo, abrindo caminho para Natal, onde chegaram no dia 27, já encontrando a cidade ocupada pelas tropas da polícia paraibana"*.²⁸

Já Aluizio Alves, no depoimento que prestou à TV Universitária, discordou de tal versão, dizendo que nenhuma batalha teria ocorrido na Serra do Doutor, justificando sua posição ao afirmar que quando os comunistas saíram para Natal, já eram sabedores de que o movimento

27) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo 10, p. 09.

28) Idem.

havia fracassado no Rio de Janeiro e Recife. Já estavam em processo de fuga. Segundo ele: *“Essa história de guerra na Serra do Doutor é uma imagem colorida de uma guerra que não houve”*.²⁹

Também Enoch Garcia, através de seu testemunho no programa “Memória Viva” da TV Universitária afirma: *“Todo mundo queria que Dinarte tivesse tomado parte na Serra do Doutor. Ele não tomou parte na Serra do Doutor, como eu não tomei, como Humberto Gama não tomou. Lá, tomaram parte esses oficiais dos quais eu já falei: Pedro Siciliano, José Epaminondas, Genésio Cabral, Antonio de Castro... e, inclusive, muitos civis”*.³⁰

Enoch Garcia recebeu um telegrama de Florêncio Luciano, comunicando-o da existência de um tiroteio, provocando a debandada de pessoas de ambas as partes. O telegrama tratava-se da seguinte mensagem: *“Enoch, eu não sei o que aconteceu, mas o nosso povo reagiu em cima da Serra, e o esbandalho foi grande. Até agora está correndo gente deles e gente nossa...”*.³¹

De acordo com o que contam os historiadores, percebe-se que realmente houve tiroteio, havendo a debanda de ambas as partes. Entre os revolucionários muitos eram reservistas e nada tinham com a ideologia comunista. Na primeira oportunidade que tiveram, largaram as armas e fugiram... Os integrantes da outra facção eram sertanejos, em sua maioria homens simples, pequenos agricultores ou trabalhadores rurais que, não estando dispostos a participar do conflito, também fugiram.

Segundo Aluizio Alves, *“Rafael Fernandes e Aldo Fernandes se empenharam para não misturar a polícia estadual com a reação da revolução (...). Houve muitas prisões injustas, na época, apesar de toda a resistência, sobretudo de Aldo Fernandes, que se incompatibilizou muito com o Partido Popular, por conta de sua atitude corretíssima, digníssima, distinguindo as responsabilidades da revolução, da participação eventual emocional do Marismo e do Cafeísmo”*.³²

O levante de 1935, que explodiu no Rio Grande do Norte, teve um cunho comunista, como prova a criação de um Comitê Popular Revolucionário, e ainda o editorial do órgão oficial

29) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo 10, p. 09.

30) Idem.

31) Idem.

32) Idem, p. 10.

Intentona, “A Liberdade”, exaltando o líder comunista Luís Carlos Prestes.

Em meio às incertezas, muitos funcionários públicos, descontentes com as demissões e perseguições políticas – incluindo os militares – empenharam-se na luta, pensando se tratar apenas de um levante contra o governador. Embora alguns soldados, reservistas, tenham participado dos conflitos apenas para cumprir ordens, houve a falta de um líder que reunisse a massa e prestasse esclarecimentos ao povo sobre o movimento, até para conseguir sua adesão consciente.

Por não haver realmente maiores contatos entre os chefes militares e os líderes civis, o movimento desmoronou e acabou caindo num vazio. De qualquer maneira, esse esvaziamento foi o que marcou o final da Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte.

3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO CAFÉ FILHO DE 1930 A 1935.

Bacharel pela Academia de Ciências Jurídicas do Recife-PE, João Café Filho iniciou sua carreira como Jornalista de Oposição às oligarquias norte-rio-grandenses, dirigindo os jornais “Gazeta”, em 1918, e o “Jornal do Norte”, em 1926, ambos de sua propriedade. Em 1926, assumiu em Recife a direção do jornal “A Noite”, de oposição aos governos federal e estadual. Em 1929 foi para o Rio de Janeiro como redator do jornal “A Manhã”. Fez a campanha política da Aliança Liberal e, com a vitória da Revolução de 30, foi nomeado Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte. Em seguida, candidatou-se a deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1933, cumprindo o seu mandato até a instauração do Estado Novo em 1937.³⁶

Na sua trajetória política, Café Filho foi muito perseguido, uma vez que as oligarquias não o deixavam em paz. Tendo sido perseguido várias vezes pelos seus opositores, em 1928 fugiu para Recife, e depois para o Rio de Janeiro, onde se integrou à campanha política em favor da Aliança Liberal, tendo sido em seguida enviado para a Paraíba, com a finalidade de divulgar o movimento. Recebido por João Pessoa, voltou a trabalhar como jornalista, reeditando o “Jornal da Noite”, ao mesmo tempo em que fazia a campanha pela bandeira política que defendia.

No dia 2 de outubro de 1930, no auge do movimento revolucionário, as tropas paraibanas sob a sua liderança invadiram o Rio Grande do Norte, não encontrando resistência. As negociações para compor o governo do Estado estavam empenhadas em eleger o nome de Silvino Bezerra Neto, irmão de José Augusto, líder das oligarquias e, portanto, adversário das idéias revolucionárias. Com o empenho de Café Filho, houve o impedimento à concretização da designação, sendo o governo provisório entregue a uma Junta Militar.

Em meio a grandes agitações, o povo, insatisfeito, pedia medidas radicais. Café Filho foi nomeado chefe de Polícia, cargo que voltou a assumir durante a administração do interventor federal, comandante Bertino Dutra. Nessa segunda gestão, “*Café Filho criou a Guarda Civil e a Guarda Noturna*”.³⁷

36) Ver Enciclopédia Delta Larousse – 1997, p. 1190.

37) Ver TRIBUNA DO NORTE, Fascículo 10, p. 07.

De 1933 em diante, exerceu as funções de Inspetor do Trabalho, no Rio de Janeiro. Em 1935 foi eleito deputado federal, não tendo concluído seu mandato, tendo em vista a decretação do Estado Novo em 1937. Perseguido por fazer oposição a Getúlio Vargas, foi asilado na Argentina.

No Diário da República de 08 de outubro de 1930, foi encontrada uma nota no seguinte teor: "*Acompanhando as forças revolucionárias que chegaram a esta capital, encontrava-se entre nós o Sr. João Café Filho, jornalista ardoroso, director do "Jornal do Norte", que ele edita em João Pessoa*".³⁸

Entre 1930 e 1935, o Rio Grande do Norte passou por diversas interventorias, as quais muitas vezes entravam em conflitos com os políticos locais, principalmente os que pertenciam à facção comunista, e que eram aliados de Café Filho.

A convivência entre as duas correntes que fizeram a Revolução de 30 no Rio Grande do Norte, sempre foi marcada pela disputa em torno do poder, por uma rivalidade constante e por conflitos exacerbados. Os dirigentes da Aliança Liberal no Estado se dividiram quanto à questão do poder. De um lado, os *cafeístas* que queriam empossar o seu líder, Café Filho, na presidência provisória, enquanto os *liberais* da aliança patrocinavam o nome do desembargador Silvino Bezerra Neto, com apoio dos oficiais que comandavam a sublevação.

O impasse foi momentaneamente contornado com a instituição de uma Junta Governativa Militar³⁹, que aguardaria a chegada de Juarez Távora para definir a situação.

A junta fez algumas nomeações tentando compor as diversas correntes no seio da Aliança Liberal. Da corrente cafeísta, foram nomeados o próprio Café Filho para a chefia de Polícia; Pedro Dias Guimarães, para a prefeitura de Natal; o jornalista Sandoval Wanderley para o cargo de redator do jornal *A República*, e o "coronel" Francisco Solon Sobrinho, para a prefeitura de Areia Branca, importante município salineiro.

Da corrente liberal foram nomeados o Dr. José Tavares, para a diretoria de Saúde Pública; Dr. Luís Antônio, para a diretoria de Instrução; o jornalista Joaquim de Fontes Galvão, para a diretoria de Imprensa Oficial (que editava o jornal *A República*); cônego Amâncio Ramalho, para a prefeitura de Mossoró (o segundo município do Estado); Dr. Gentil Ferreira de Souza, para a prefeitura de Santa Cruz e o "coronel" Dinarte Mariz, para a prefeitura de Caicó, cidade mais importante do Seridó.

38) IN: *Diário da República* - 1930. Natal-RN.

Juarez Távora chegou a Natal no dia 12 de outubro de 1930, acompanhado de José Américo de Almeida, Irineu Joffily (secretário de Segurança Pública da Paraíba) e outros líderes aliancistas.

Café Filho, como líder dos cafeístas, muitas vezes tinha divergências não só com as correntes oposicionistas, mas também com indivíduos considerados seus amigos, como o jornalista Bruno Pereira, o qual havia representado o Rio Grande do Norte na convenção *aliancista*, que indicou o nome de Vargas como candidato à presidência da República.

Como representante da corrente liberal, Bruno Pereira, um típico representante da facção que defendia, em carta ao chefe do Governo, tachou Joffily de “energúmeno”, “louco”, e afirmou que sua “*idéia fixa era colonizar o Rio Grande do Norte, como simples burgo submisso à suzerania do seu Estado – a Paraíba*”. Na mesma carta criticou a aliança Joffily-Café Filho, qualificando este último de “*chantagista*” e “*comunista confesso*”.³⁹

O sapateiro José Praxedes, outro adversário de Café Filho, em um comício em frente ao Palácio do Governo, sugeriu a inclusão do nome do seu opositor na lista dos que deveriam ser fuzilados, como comenta o próprio Café Filho em seu livro “Do sindicato ao Catete”, publicado em 1966: “*acusavam-me de desviar a massa trabalhadora dos objetivos revolucionários*”.⁴⁰

Segundo Marlene Mariz, “*a Revolução trouxe efeitos para o Rio Grande do Norte no tocante a mudanças no comportamento do operariado, com sindicatos organizados e amparados pelas leis trabalhistas, que vão marcar o início do populismo*”,⁴¹ graças à atuação de Café Filho, o qual exerceu vários cargos públicos no Rio Grande do Norte e no Brasil, como sindicalista, vereador, deputado federal, vice-presidente e presidente da República.

39) Da aliança Joffily-Café Filho resultaram algumas inovações na política norte-rio-grandense, como a fundação da Legião Revolucionária, que tinha como objetivo garantir as instituições e restaurar os princípios republicanos. Cf. PEREIRA Bruno. *Carta a Getúlio Vargas*. 18 jan.1931. Arquivo Oswaldo Aranha. IN: SPINELLI, J.A. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930-35*. Natal, RN: EDUFRN, 1996. p. 34.

40) Ver CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966. Vol. 1. p. 64.

41) Período republicano compreendido de 1946 a 1964, o “populismo” foi uma política de massas que buscava conduzir o trabalhador, possibilitando-lhe alguns ganhos e manipulando as suas aspirações. Garantia benefícios econômicos e sociais, na medida em que atendia aos interesses das classes dominantes. Cf. ORDENEZ, M. & QUEVEDO, J. *História*. São Paulo: IBEP, 1999. p. 411.

CONCLUSÃO

Como resultado da pesquisa, podemos destacar algumas conclusões, que consideramos necessárias e significativas na história do Rio Grande do Norte.

Em primeiro lugar, podemos ressaltar que o período estudado abrange o período de 1930 a 1935, tendo como fato de relevância histórica a Revolução de 1930 que, embora tenha sido um movimento de âmbito nacional, atingiu os Estados brasileiros, entre eles, o Rio Grande do Norte.

Com esta Revolução, a exemplo de outros estados, foram nomeados interventores, “estrangeiros”⁴² e militares em sua maioria, os quais enfrentaram diversos problemas, na tentativa de conciliar os interesses das duas correntes políticas em que se dividia a Aliança Liberal no Estado, cafeístas e liberais, e ao mesmo tempo, enfrentaram a oposição da corrente tradicional, representada pelas antigas oligarquias potiguares.

As divergências entre as correntes revolucionárias no plano nacional, também se refletiam nos estados, tendo a campanha constitucionalista promovido a junção da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte, com os “cafeístas” se aliando aos “tenentes”, na perspectiva de prolongar a ditadura e os “liberais”, exigindo a “abertura” política do sistema, reaproximando-se da oligarquia tradicional. A aliança tenentismo-cafeísmo envolveu a adoção da política das massas, utilizando a legislação trabalhista e o sindicalismo como suporte, capaz de garantir o apoio dos trabalhadores urbanos ao projeto centralizador e reformista do tenentismo. Os “liberais” se aliaram às forças do velho Partido Republicano, através das oligarquias, que derrubaram o tenentismo-cafeísmo nas eleições constituintes, fazendo sentir que mesmo com as inovações eleitorais, os currais eleitorais mantinham-se firmes na decisão das eleições no Rio Grande do Norte.

O Estado oligárquico que se afirmava através da violência policial, da arbitrariedade fiscal, do voto a descoberto e das atas eleitorais feitas a bico-de-pena, cuja repressão ao movimento operário e ao cafeísmo são exemplos, caracteriza muito bem a insegurança vivida pelas bases políticas do país, principalmente os partidos de oposição ao governo.

42) Os interventores eram nomeados pelo presidente da República, e geralmente tinham sua naturalidade em outros estados, como o interventor Irineu Joffily, que era paraibano. Cf. SPINELLI, J. A. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930-35*. Natal, RN: EDUFRN, 1996. p. 28.

No Rio Grande do Norte, grande destaque foi dado a João Café Filho, jornalista, político, sindicalista etc., que se empenhou na luta de oposição às oligarquias locais, no período de 1930 a 1935, defendendo bandeiras trabalhistas, tendo sido severamente perseguido por seus opositores.

Na sua trajetória política, a atuação de Café Filho foi de grande importância para a história do Rio Grande do Norte, dedicando-se a uma campanha em prol da sindicalização da classe trabalhadora, estimulando, patrocinando diretamente ou apoiando a organização de novos sindicatos.

Em seu livro "Do sindicato ao Cateto" - 1966, Café Filho dá o testemunho de sua luta política, evocando nos seus capítulos os momentos e episódios de sua vida pública:

"Assim cheguei à política, através da revolta e da revolução, levado a ela pelas circunstâncias, movido por um sentimento de justiça e solidariedade humana.

... Foi-me a política pródiga de riscos e de surpresas e nela terei cumprido todas as fases e lhe conhecido as diversas faces: a luta nas ruas e nos sindicatos, o panfleto impresso, a condenação e a prisão, a mobilização do povo, a arregimentação revolucionária, a perseguição policial e a responsabilidade policial pela ordem, o comício e o pleito eleitoral, a tribuna oposicionista, a liderança partidária, o exílio no estrangeiro, a luta contra a ditadura e a conspiração pelo restabelecimento da ordem democrática, a reformulação constitucional do país, o inquérito parlamentar, a Presidência do Congresso, a Vice-Presidência e a Presidência da República, e, ainda, para que nada faltasse, o impedimento sob pressão militar, equivalente a uma deposição de fato".⁴³



43) Trecho transcrito de: CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Cateto*. Rio de Janeiro: J. Olímpio. 1966. v. 1. p. 62.

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, Aluizio. *A República na Capital do Rio Grande do Norte*. Natal, 12 de jul. 1932.
- CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1966. v. 1.
- CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARONE, Edgard. *República Nova: 1930-1937*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.
- DIÁRIO. *República de 1931*. Natal, RN: Arquivo Público, 1931.
- MARIZ, Dinarte. *Entrevista ao Programa Memória Viva: TV Universitária*, dez. de 1980. Natal, RN: EDUFRN, 1986.
- MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- MATOS, Clarence J. de e NUNES, César A. *História do Brasil*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. *História*. São Paulo: IBEP, 1999.
- PEREIRA, Bruno. *Carta a Getúlio Vargas*. 18 jan. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha.
- REVISTA, *Brasil 500 anos: 1911-1939*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. 11.
- SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal, RN: Senado Federal, 1989.
- SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930-35*. Natal, RN: EDUFRN, 1996.
- _____. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal, RN: CCHLA, 1992.
- TRIBUNA DO NORTE. *A História do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Fundação José Augusto, Fascículo 10, s.d.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.